

Juventud y género en la juventud observatorios en Brasil: un análisis de su producción teórica¹

Ana Cecília Ramos Ferreira da Silva²

Marcos Ribeiro Mesquita³

Resumen

Este trabajo tuvo como objetivo analizar la producción teórica acerca de la relación entre los jóvenes y género que se desarrolla en distintos Observatorios de Jóvenes vinculados a distintas instituciones brasileñas de educación superior. La investigación consistió en dos etapas: la primera, en el mapeo y caracterización de los Observatorios de Jóvenes en Brasil; y la segunda, se refiere específicamente a un análisis de contenido de sus producciones o difusión teórica. Tres temas de discusión se destacaron en esta relación y, de ellos, se construyeron categorías de análisis: jóvenes, género y educación; jóvenes, género y cultura; jóvenes, género y violencia. De acuerdo con la producción teórica analizada se observó que son guiadas en temas relacionados con las experiencias de los jóvenes como la sexualidad, la identidad, la autonomía, la vida escolar, protección y prevención. A respecto de los Observatorios de Jóvenes se concluye las acciones emprendidas son esenciales para dar visibilidad temas que afectan los jóvenes en el contexto académico y de políticas públicas, ya que proponen mantener una relación de diálogo con ellos, sus movimientos y grupos, los Observatorios de Jóvenes actúan como una herramienta que permite que estos jóvenes tengan espacio y voz en la sociedad.

Palabras clave: Observatorios de Jóvenes; Género; Jóvenes.

Resumo

O presente estudo teve como objetivo analisar as produções teóricas referentes a relação entre Juventude e Gênero desenvolvidas em distintos Observatórios da Juventude (OJs) vinculados às instituições de ensino superior do Brasil. A pesquisa contou com duas etapas de realização: a primeira, consistiu no mapeamento e na caracterização dos OJs existentes no país; e a segunda, tratou-se especificamente da análise de conteúdo dos materiais produzidos e/ou divulgados por eles. Três temas de discussão se destacaram na relação com as questões de Juventude e Gênero, e a partir disto, foram construídos os eixos categóricos de análise: Juventude, Gênero e Educação; Juventude, Gênero e Questões Culturais; Juventude, Gênero e Contextos de Violência. Em relação à produção teórica analisada, observou-se que os trabalhos estão pautados em questões relacionadas à vivência das experiências juvenis como sexualidade, identidade, autonomia, trajetória escolar, proteção e prevenção. Em relação aos OJs conclui-se que as ações desenvolvidas são essenciais para que as informações a respeito da Juventude ganhem visibilidade tanto no contexto acadêmico, como na elaboração de políticas públicas, pois à medida que se propõem manter uma relação de diálogo com os jovens, seus movimentos e grupos, os OJs atuam como uma ferramenta que permite que essa juventude possua espaço e voz na sociedade.

¹ Recibido: 03/marzo/2016. Aceptado: 07/diciembre/2016

² Estudante do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas. Discute na área de Psicologia Social temas como juventudes, política, gênero e diversidade sexual. E-mail: ana_ceciliaramos@hotmail.com

³ Professor e pesquisador do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas. Estuda e discute na área da Psicologia Social temas como juventudes, política, gênero e diversidade sexual. Endereço para correspondência: Campus A.C Simões, Av. Lourival Melo Mota, s/nº, Tabuleiro dos Martins. CEP:57072-900. Maceió/AL, Brasil. E-mail: marcos.mesquita@ip.ufal.br

Palavras-chave: Observatórios da Juventude; Gênero; Juventude.

Abstract

The present study had as aim to analyse the theoretical production referring to relation between Youth and Gender developed in different Youth Observatories linked to higher education institutions in Brazil. The research had two stages of realization: the first one was the mapping and the description of Youth Observatories in the country; and the second dealt specifically with the content analysis of the materials produced and/or publicized by them. Three themes of discussion were highlight in the relation with the Youths and Gender issues and, from this, the categorical axes of analysis were constructed: Youth, Gender and Education; Youth, Gender and Culture Questions; Youth, Gender and Context of Violence. About the theoretical production analysed, could be notice that the articles are base in issues related to youth experiences with sexuality, identity, autonomy, school trajectory, protection and prevention. In relation to Youth Observatories it is concludes that the actions developed are essentials for the informations about Youth gain visibility both in academic context, as in the elaboration of public policies. Because as it is proposed to maintain a dialogue with young people, their movement and groups, the Youth Observatories act as an instrument that provides space and voice for the youth in society

Keywords: Youth Observatories; Gender; Youth.

A juventude foi durante muito tempo uma categoria problematizada como pertencendo a uma condição de risco social e/ou vulnerabilidade, o que implicou diretamente nas formas de ver e pensar o universo juvenil. Como resultado disso, programas e projetos foram formulados associando sempre os jovens aos temas da violência, desemprego, à gravidez na adolescência e às DSTs/AIDS, ratificando um olhar sobre ela. Embora muitas áreas do saber ainda produzam estudos que reforçam a compreensão da juventude como um problema social, é cada vez maior o interesse de diversas disciplinas por produzir, a partir de uma perspectiva crítica, estudos que questionem essa concepção, abarcando muitas outras dimensões da experiência juvenil. Sposito (2009) destaca que esses estudos buscam pensar a juventude a partir da pluralidade das formas de ser e vivenciar suas experiências; o que contribuiu para que ela se constituísse e se firmasse como um campo teórico de grande interesse social.

No campo da Psicologia em geral, e no campo da Psicologia Política, em particular, esta configuração se confirma a partir de um diversificado e significativo aumento na produção e análise de temas que tratam das experiências e demandas juvenis expressas pelas dimensões que vão da política ao gênero, da religiosidade à educação, da sexualidade à cultura (Trancoso, 2012). Essas pesquisas vêm tentando problematizar e modificar os discursos pautados sob uma perspectiva essencializada e naturalizada da categoria juventude, através de um questionamento contínuo e necessário.

Esta problematização e crítica se tornam importantes na medida em que muitas das políticas públicas de/para a juventude – pensadas, criadas e implementadas pelo Estado – baseiam-se na construção teórica disponível. Portanto, a escolha de uma pesquisa focada na

experiência dos Observatórios da Juventude (OJs), torna-se relevante dada a expressão que estes espaços tomaram enquanto lugar de reflexão teórica, política e de produção acerca de uma das categorias mais expressivas da contemporaneidade.

Gênero, cultura e política foram algumas das temáticas que, ao aliarem-se às questões das juventudes, ganharam destaque em torno do debate realizado por diversos atores da sociedade civil. Neste novo cenário político e cultural em que os jovens estão inseridos, a discussão sobre gênero surge como elemento central para a compreensão das juventudes, possibilitando, através dessa relação, o surgimento de novas demandas de cidadania.

Entendendo a importância dessa relação, esse estudo objetivou analisar a produção teórica realizada em distintos OJs do país no que tange à discussão de juventude e gênero. A partir da análise de conteúdo das publicações teóricas e dos projetos de pesquisa e intervenção executados nos OJs, buscamos compreender de que modo os estudos realizados sobre a temática juvenil vem representando esta categoria, e principalmente, como se dá o diálogo com as questões de gênero. Compreendendo a Psicologia Política como uma importante área de discussão crítica e comprometida, o estudo da produção de conhecimento acerca das juventudes pelos OJs pode nos auxiliar a pensar diretrizes mais concretas na construção de políticas públicas e programas de intervenção voltados para esta categoria.

Fundamentação teórica

Segundo Cardoso, Ferreira, Cortes, Braga e Campos (2012), as últimas décadas trouxeram mudanças significativas no cenário social, político e econômico que não apenas atingiram diretamente os jovens que conquistaram uma maior visibilidade social, mas também a forma como se reconfigurou o olhar sobre a juventude e emergiram diferentes políticas públicas tomando-a como centro. Foi a partir dessa visibilidade da juventude que os OJs surgiram.

Sabe-se que hoje os Observatórios Sociais, principalmente os da Juventude, foco deste trabalho, são muito importantes no sentido de auxiliar a construção de uma sociedade mais democrática. No caso dos OJs, eles se constituem como um espaço de reflexão sobre a juventude e visam mapear, sistematizar, analisar e contribuir para que as informações a respeito desta categoria ganhem visibilidade no contexto acadêmico e na elaboração de políticas públicas, visto que produzem uma série de conhecimentos sobre os jovens, que subsidia a discussão nos mais diversos âmbitos sociais.

Dos anos 2000 em diante, observa-se, segundo Cardoso et al (2012), um aprofundamento do debate acerca das temáticas juvenis na sociedade civil e no interior das universidades, que foram fortalecidos com a criação dos primeiros OJs em instituições universitárias brasileiras, no

caso, os Observatórios da Juventude da Universidade Federal Fluminense – UFF e da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

De acordo com Cardoso e et al (2012), os OJs podem ser divididos em dois conjuntos: os observatórios fiscalizadores, que visam exercer o controle social sobre determinado tema, em geral, vinculados a órgãos de mídia; e os de políticas públicas, ligados, sobretudo, a instituições de ensino e pesquisa, movimentos e organizações sociais que tentam articular diferentes atores para colaborar com reflexões sobre políticas públicas.

De maneira geral, pode-se dizer que os observatórios que tem vinculação com instituições de ensino superior priorizam a realização de pesquisas, projetos de extensão e demais atividades com foco no mapeamento, sistematização e análise de estudos que tratam da temática da juventude, bem como no desenvolvimento de conhecimentos que auxiliem na formulação de políticas públicas voltadas para os públicos jovens, contemplando as mais diversas temáticas que dizem respeito ao “universo juvenil”. Como afirma Cardoso *et al* (2012, p.6):

Esses observatórios expressam a necessidade de formulação de políticas públicas e pretendem colaborar e fomentar isto [...] estão comprometidos com a produção de conhecimento, estimulam e realizam pesquisas e projetos de extensão, envolvendo pesquisadores e alunos de graduação e pós-graduação. Disponibilizam o acesso ao material produzido pela universidade como pesquisas, dissertações, monografias e teses, bem como links para outros sítios que tratam a temática da juventude. Eles exploram diferentes temas relacionados à juventude: educação, esporte, lazer, violência, exclusão social, cultura, expressão cultural, sexualidade, subjetividade, gênero, trabalho, inserção social, direitos e deveres, políticas públicas entre outros. (Cardoso et al, 2012, p. 6)

Os observatórios muitas vezes realizam um papel de articulador de ações políticas com outros atores da sociedade civil, promovendo debates e participando de fóruns nacionais e internacionais pautando demandas das juventudes e monitorando algumas das políticas ligadas a este campo.

É importante entender o que leva a juventude ao centro do debate social. É sabido que histórica e socialmente a juventude foi percebida enquanto uma fase de vida marcada por certa instabilidade associada a determinados problemas sociais (PAIS, 2003, p. 30), e nesse sentido, como dito anteriormente, as/os jovens eram vistas/os enquanto problemas e ameaças à ordem social. Em contrapartida a essa concepção, surgiram no cenário de pesquisa outros olhares que levaram em consideração uma percepção dos jovens como sujeitos de direitos.

É baseado nesse princípio que a presente pesquisa se orienta, visto que considera que a juventude não é um conceito fixo, engessado e preconcebido (Dayrell & Gomes, 2005; Dayrell, 2007; Groppo, 2000; Pais, 2003), pelo contrário, adota a ideia de que existem diferentes juventudes em distintos contextos, e esses contextos podem ser melhores visualizados e compreendidos a partir de diferentes produções científicas, entre as quais, aquelas divulgadas e sistematizadas nos OJs.

Para tanto, entendemos que trabalhar com a noção de juventude implica considerá-la a partir da perspectiva da diversidade, levando em conta que não existem critérios rígidos que a determinam. Para Esteves e Abramovay (2008), é cada vez mais necessário empregar o termo “juventudes” no plural, no sentido de apontar as possibilidades presentes nessa categoria, uma vez que

não há somente um tipo de juventude, mas grupos juvenis que constituem um conjunto heterogêneo, com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder nas sociedades. Assim, a juventude, por definição, é uma construção social, ou seja, a produção de uma determinada sociedade originada a partir das múltiplas formas como ela vê os jovens, produção esta na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos, momentos históricos, referências múltiplas, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo etc. (Esteves & Abramovay, 2008, p.14)

Outra categoria importante em nossa pesquisa diz respeito à discussão de gênero, em especial, no diálogo com os estudos sobre as juventudes. Essa relação é um componente fundamental nessa investigação, uma vez que consideramos que através desse debate são construídas novas demandas de cidadania, visto que o gênero ao ser compreendido como uma condição social que identifica os sujeitos como masculino ou feminino, implica diretamente nas políticas públicas que são pensadas para as/os jovens.

Butler (2010) define a categoria gênero como sendo uma construção social, inventada contingencialmente, performática e relacional. Sendo então uma construção, ela envolve uma série de práticas que marcam os corpos através de generificações que foram construídas, e que por isto não existe naturalmente. Bento (2012) em seus trabalhos critica a dualidade existente entre sexo e gênero, a partir dos quais são compreendidos como se fossem do campo da natureza e da cultura, respectivamente. Com isso, a autora afirma que a produção desses corpos – de homens e de mulheres – faz parte da reprodução heteronormativa, corpos discursivos e fortemente demarcados como efeito do poder, da norma.

A autora justifica que “há uma amarração, uma costura, ditada pelas normas, no sentido de que o corpo reflete o sexo, e o gênero só pode ser entendido, só adquire vida, quando referido a

essa relação” (Bento, 2012, p. 2657). Dessa forma, são estruturados, socialmente, “sexos verdadeiros”, onde as ações, as performances dos sujeitos devem, necessariamente, corresponder ao seu sexo, à sua natureza. Por conseguinte, a tríade: sexo/gênero/sexualidade estabelece os gêneros inteligíveis, binários e opostos, estabelecidos e mantidos pela norma heterossexual.

As/os jovens, inseridas/os na cultura heteronormativa, também não escapam dessa lógica que socializa os corpos e desejos afetivos e/ou sexuais a partir de regras do que é tomado como natural. Nesse cenário, as/os que escapam desse “modelo”, são consideradas/os como diferentes, portanto, precisam ser normatizadas/os.

É nesse cenário sociocultural em que as/os jovens se inserem, que os estudos que se propõem analisar a relação entre Juventude e Gênero vêm se articulando. Essas discussões pautam-se, de maneira geral, no papel político que as esferas da Educação e da Cultura exercem na perpetuação ou rompimento com as questões que normalizam as vivências e experienciais juvenis, principalmente, no tocante às temáticas de sexo, diversidade sexual, diferenças/desigualdade de gênero e identidades. Que a depender de qual postura assumem, podem potencializar essas vivências positivamente ou podem produzir divisões com conotação de assimetria e desigualdade (Abramovay, Castro e Silva, 2004).

Esses estudos sistematizados e divulgados pelos OJs apontam para o compromisso ético – e cada vez mais significativo – que espaços como esses vêm tomando na sociedade, ao refletirem a necessidade tanto do Estado, quanto da sociedade civil em compreender as diferentes dimensões e contextos juvenis. Os OJs exploram diferentes temáticas como educação, saúde, lazer, violência, cultura, sexualidade e gênero, política, políticas públicas, trabalho, ciência e tecnologia. Essa heterogeneidade nos mostra a necessidade de observar com cuidado onde essas produções se localizam, como elas se configuram e que compreensões de juventudes estão sendo produzidos na pesquisa científica brasileira.

É a partir dessa compreensão sobre o gênero, desse modo de pensar e conceituar a categoria, que analisaremos em nosso trabalho a relação gênero e juventude nos OJs. Que pesquisas têm sido realizadas nos OJs que articulam gênero e juventude e que temas e conteúdos são eleitos, realçados e produzidos nestas investigações? Essa é uma pergunta que orientará nosso trabalho.

O percurso metodológico da pesquisa

A pesquisa realizada é de cunho qualitativo e de caráter bibliográfico, visto que o material analisado remete-se para as contribuições de diferentes autores sobre o tema juventude e gênero, que estão sistematizados nos bancos de dados dos OJs e são divulgados em suas plataformas

onlines. Sobre a pesquisa bibliográfica, Lima e Mioto (2007) afirmam ser a leitura a principal técnica utilizada para a identificação das informações contidas no material selecionado. Foi com esse princípio norteador que esse estudo foi realizado em duas etapas que serão relatadas a seguir.

Na primeira etapa da pesquisa tínhamos como objetivo encontrar o maior número de OJs e, para tal, realizamos uma procura nas mais diversas plataformas digitais – facebook, blogs, sites –. Nesta fase, a principal ferramenta de auxílio foi a internet, visto que foi por meio dos endereços online disponíveis que os OJs foram identificados.

Através desse mapeamento identificamos a existência de nove OJs que foram, na segunda etapa da pesquisa, estudados no que se refere às suas estruturas e organizações. Desses, cinco estão vinculados a instituições de ensino superior. São eles: OJ da Universidade de Brasília (ligado ao Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da UnB), Observatório Jovem do Rio de Janeiro (vinculado à Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense), OJ da Universidade Federal de Minas Gerais (vinculado à Faculdade de Educação da UFMG), Observatório Juventude, Ciência e Tecnologia (integrante do Programa de Vocação Científica da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, vinculado à Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz), e o Observatório Infanto-Juvenil em Contextos de Violência (OBIJUV), integrado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Além desses cinco, encontramos o OJ de São Paulo (ligado à Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude do Estado de São Paulo) que tem vinculação governamental; outro, que integra as atividades de uma organização não governamental, o Observatório Capixaba de Juventude; uma organização política da juventude do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB de Minas Gerais, o OJ Araxá; e por fim, o OJ de Várzea Paulista, que foi lançado a partir de um projeto apresentado à União Europeia.

Aqui cabe uma observação importante: os observatórios encontrados não expressam a quantidade total existente no país. Em diferentes cidades há outros observatórios que realizam, a partir de suas especificidades, atividades de pesquisa e intervenção focadas nas questões que se relacionam às realidades juvenis. No entanto, muitos deles não disponibilizam ou publicam suas experiências em espaços virtuais da internet.

Cabe ressaltar também que embora todos esses OJs se aproximem por terem a juventude enquanto elemento central de seus interesses, eles possuem especificidades e estruturas diferentes que demarcam as ações e atividades que desenvolvem como é o caso do OBIJUV, que busca estudar a juventude atravessada pelas questões de violência; e o Observatório vinculado à Fiocruz, que articula a juventude com as temáticas da ciência e tecnologia. Além disso, nem todos os OJs realizam pesquisas sobre os jovens. Aqueles que se vinculam às organizações partidárias ou entidades não governamentais se organizam muito mais em torno de atividades de

organização e diálogo com os movimentos juvenis e na discussão de políticas públicas, organizando seus interesses nesse eixo.

Como o objetivo de nosso trabalho é analisar a produção teórica no tocante a relação entre juventude e gênero, optamos por trabalhar somente com os OJs vinculados às instituições de ensino superior por terem a pesquisa como um de seus elementos constitutivos. Portanto, na segunda etapa desta investigação, a saber, a escolha dos OJs que teriam seus materiais analisados, selecionamos três (dentre os cinco mapeados), pois eles atendiam a todos os critérios necessários: o *acesso às produções realizadas*, já que nem todos disponibilizavam os materiais online; *relevância no contexto acadêmico*; e *distintas regiões geográficas do país*. Esse último critério foi uma tentativa de abarcar possíveis especificidades regionais no tocante a discussão. Foram eles: os Observatórios da Juventude da Universidade de Brasília (UnB), da Universidade Federal Fluminense (UFF), e o OBIJUV, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

A seleção dos materiais aconteceu por meio da própria catalogação e categorização que os OJs faziam de suas produções. Cabe ressaltar que muitas dessas produções, apesar de não serem desenvolvidas diretamente pelos membros dos OJs, compõem seus bancos de dados referentes à juventude. É o caso do “Acervo e Diretório Em Diálogo”, do observatório da UFF; e o “Banco de teses e dissertações da UnB”, do observatório da UnB. Assim, consideramos que o fato de estarem sendo divulgados nesses espaços indica quais são as discussões e as formas de perceber as juventudes que esses observatórios partilham, pois à medida que os disponibilizam sem nenhuma observação, colaboram para a divulgação e propagação desses materiais.

Na etapa de coleta de dados, a seleção dos materiais a serem analisados levou em conta a própria organização dos OJs, contemplando dentre artigos, dissertações e teses, apenas aqueles que continham a palavra *gênero* nos títulos e/ou palavras-chave. À medida que os trabalhos foram lidos, percebemos que os critérios de inclusão anteriormente pensados (catalogação e categorização dos OJ e presença da palavra *gênero*) poderiam ser relativizados, uma vez que alguns trabalhos, embora não contemplassem esses critérios, abordavam a questão da relação entre gênero e juventude. Podemos verificar na tabela a seguir as produções que foram sistematizadas e divulgadas pelos OJs:

Tabela 1: Tipos de produções e principais autores dos Observatórios da Juventude

Observatórios da Juventude	UnB	UFF	UFRN
Tipos de Produções			
Teses	5	0	0
Dissertações	8	4	1
Artigos	0	8	1
Principais autores			
Teses	Costa (2008); Gontijo (2007), Madureira (2007); Santos (2006); Matos (2008)	0	0
Dissertações	Arantes (2009); Calaf (2007); Carvalho (2010); Cezimbra (2008); Dias (2007); Holanda (2008); Lira (2009); Silva (2010)	Silva (2005), Souza (2006); Souza Guilherme (2006); Vasconcelos (2001);	Prado (2006)
Artigos	0	Andrade, Franco e Carvalho (2003); Cavaleiro (2006); Chacham et al (2006); Nogueira (2007); Oliveira e Morgado (2006);	Barbosa, Soares, Medeiros e Oliveira (2011) Santos, Oliveira, Paiva, Yamamoto (2012)
Total	13	10	3

Fonte: Autores.

Como consta na tabela foram analisados um total de 25 trabalhos sendo estes 5 teses (todas do OJ da UnB), 13 dissertações (1 do OBIJUV, 4 da UFF e 8 da UnB) e 7 artigos (5 da UFF e 2 do OBIJUV). Cabe destacar que os materiais encontrados não expressam necessariamente a quantidade real das produções dos OJs, visto que só analisamos aquilo que estava disponível online. É importante deixar claro que esse total de material corresponde ao recorte feito para esta publicação, que tem como enfoque a relação entre Juventude e Gênero, mas a pesquisa realizada sobre as produções dos OJs abarcou também a discussão das temáticas da Cultura e da Política, que pretendemos divulgar posteriormente.

Os trabalhos dos autores destacados na tabela acima fazem parte, majoritariamente de três áreas do conhecimento – Educação, Sociologia e Psicologia –, e serão discutidos a partir de três eixos categóricos de análise, que foram construídos com base nos temas e conteúdos que

mais se destacaram nas produções que investigavam a relação entre juventude e gênero selecionados para o nosso estudo. Assim, os três tópicos de discussão elaborados são: Juventude, Gênero e Educação; Juventude, Gênero e Questões Culturais; Juventude, Gênero e Contextos de Violência. Segue a tabela com os materiais analisados.

Tabela 2: Títulos dos trabalhos e categorias de discussão

Materiais analisados por categorias	
Juventude, Gênero e Educação	ANDRADE et al, 2003. Gênero e Desempenho em Matemática ao final do Ensino Médio: Quais as relações?
	CARVALHO, 2010 - Ensino médio integrado, representações de gênero e perspectivas profissionais: um estudo com jovens dos cursos de agropecuária e agroindústria em Guanambi/BA.
	CAVALEIRO, 2006. A escola em movimento: feminilidades homossexuais, identidades, pertencimento e exclusão.
	HOLANDA, 2008. Trajetória de vida de jovens negras da UnB no contexto das ações afirmativas.
	MADUREIRA, 2007 - Gênero, sexualidade e diversidade na escola: a construção de uma cultura democrática.
	MATOS, 2008 - Intersubjetividades constitutivas das identidades étnico-raciais e de gênero nos espaços escolares de contextos urbanos do Brasil e México.
	OLIVEIRA e MORGADO, 2006. Jovens, sexualidade e educação: homossexualidade no espaço escolar.
	SILVA, 2005. Mulheres negras adolescentes no ensino médio – discriminação e desafio.
	SILVA, 2010 - Escola e relações de gênero: visões de mundo de jovens do ensino médio em Taguatinga.
	SOUZA GUILHERME, 2006. Entre quadras, bolas e redes: um estudo de caso sobre o inCORPORar de rituais no corpo feminino nas aulas de Educação Física no Ensino Médio em uma escola particular de Belo Horizonte – MG.
VASCONCELOS, 2001. Jovens/adolescentes, gênero e sucesso escolar.	
Juventude, Gênero e Questões Culturais	CALAF, 2009. Criança que faz criança: (des)construindo infância e sexualidade com meninos e meninas de rua.
	CHANCHAM et al, 2006. Sexualidade, Autonomia e Vulnerabilidade entre Mulheres Jovens Moradoras de uma Favela em Belo Horizonte.
	LIRA, 2009 - Como se constrói uma mulher: uma análise do discurso nas revistas brasileiras para adolescentes.
	NOGUEIRA, 2007. A família em questão: Discutindo continuidades e diferenças entre gerações masculinas.
	SANTOS, 2006. Desenvolvimento da identidade de gênero em casos de intersexualidade: contribuições da Psicologia.
	SOUZA, 2006. Em busca da autoestima Interseções entre gênero, raça e classe na trajetória do grupo Melanina.
Juventude Gênero e Contexto de Violência	ARANTES, 2009. Afetividade e vínculo que embalam e abalam a relação entre mãe e filha vítimas de abuso sexual.
	BARBOSA et al, 2011 Violação sexual na criança e no adolescente e suas relações adjacentes.
	CEZIMBRA, 2008. Há associação entre a maturação sexual feminina precoce e a exposição a condições de vulnerabilidade como o início sexual precoce, incidência de DST, gravidez e violência sexual na adolescência?.
	COSTA, 2008. Compreendendo o tempo vivido por adolescentes do gênero feminino com experiências de viver na rua e em abrigos.
	DIAS, 2007. Práticas identitárias em relatos de mulheres vítimas de violência doméstica.
	GONTIJO, 2008. Adolescentes com experiência de vida nas ruas: compreendendo os significados de maternidade e paternidade em um contexto de vulnerabilidade e desfiliação
	PRADO, 2006. Dimensões da violência sexual contra meninos sob a ótica de gênero: um estudo exploratório.
SANTOS et al, 2011. Juventude e Violência: Trajetórias de vida e políticas públicas.	

Fonte: Autores.

Para trabalhar esses materiais adotamos como método a análise de conteúdo proposta por Bardin (2006). Neste sentido, a análise se deu em três fases: *Pré-análise*, que consistiu na leitura flutuante dos materiais, em específico, os resumos das teses, dissertações e artigos; *Exploração do material*, onde a partir de uma leitura detalhada foram identificados e construídos os três eixos de análise; e por fim, o *Tratamento dos resultados*, que consistiu na interpretação dos conteúdos manifestos nos trabalhos a partir das categorias analíticas definidas na etapa anterior. Para tal, nos apoiamos em bibliografias tradicionais e em literaturas recentes sobre a discussão de juventude e gênero.

Discussão dos resultados

Juventude, Gênero e Educação: a escola como um espaço de (des)construção

A escola é um espaço que colaborou para a construção das diferenças; como nos diz Louro (1997) ela se incumbiu de separar os sujeitos, a começar por quem nela entrava ou não; e depois, internamente, seguiu dividindo os que lá estavam através de mecanismos de classificação, ordenamento e hierarquização: adultos e crianças, ricos e pobres, e também, meninos e meninas.

Ao reconhecer o papel central da escola na formação de meninos e meninas, faz-se necessário questionar qual é o papel da educação na discussão dessas questões e como a escola se tornou um lugar para a reprodução dessa série de saberes sobre as práticas corporais e de gênero. Conhecer o lugar que a escola ocupa historicamente na educação é necessário para compreender como os seus discursos e práticas estão relacionadas às desigualdades de gênero, classe, raça e sexo.

É na escola que os gestos, os movimentos, os sentidos são produzidos e incorporados por meninos e meninas, tornando-se parte de seus corpos como nos diz, a autora:

Ali se aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar, a calar, se aprende a preferir [grifo da autora]. Todos os sentidos são treinados, fazendo com que cada um e cada uma conheça os sonhos, os cheiros e os sabores “bons” e decentes e rejeite os indecentes [...] E todas essas lições são atravessadas pelas diferenças. Evidentemente, os sujeitos não são passivos receptores de imposições externas. Ativamente eles se envolvem e são envolvidos nessas aprendizagens – e reagem, responde, recusam ou as assumem inteiramente (Louro, 1999, p.61).

Através das demarcações de limites dos espaços físicos e simbólicos, a escola indicava o “lugar” de cada uma, cada um na sociedade. É justamente buscando refletir sobre esses conceitos

naturalizados e reforçados pelo espaço escolar que perpassam os estudos produzidos e/ou divulgados nos OJs.

De um modo geral, os estudos analisados estão preocupados com os discursos que a escola vem utilizando para ditar as normas sociais de conduta do que é aceitável para o comportamento de jovens. Segundo esses trabalhos, isso se dá através do que elas e eles vivenciam dentro da sala de aula, principalmente no que se refere às diferenças colocadas na relação entre masculino e feminino como, por exemplo, o estímulo exclusivo dos meninos às disciplinas de cálculo, ou ainda, como discutido em outro material, o incentivo e direcionamento de diferentes esportes a partir dos estereótipos de gênero. Assim, os estudos apontam a necessidade de se trabalhar os conceitos de gênero na sala de aula, uma vez que as crianças constroem suas identidades nesse ambiente que é comumente marcado pelos padrões sociais vigentes.

Encontramos também uma série de estudos que discutem os conceitos de raça e etnia a partir de uma perspectiva da valorização das identidades dos múltiplos sujeitos inseridos no espaço escolar. Desse modo, outra questão bastante importante que surgiu nesta categoria foi a discussão da educação com foco nas trajetórias de vida de jovens mulheres negras.

Carrara (2009) destaca que no Brasil o “sexo” e a “raça” são as duas variáveis que mais influenciam a posição social dos indivíduos, visto que tanto o tempo de escolaridade, quanto o tipo de emprego, variam significativamente a partir destas duas condições. Frente a esta problemática, os estudos se voltam para a análise das trajetórias escolares dessas jovens a fim de compreender o sentido que elas atribuem à escolarização e o quanto o fato de serem jovens, mulheres e negras se configura um mecanismo de violência simbólica. Neste caso, os trabalhos analisados denunciam a nomeação da diferença por parte da escola que tem reforçado a relação que gênero e raça ocupam na vida destas jovens e marcam subjetivamente seus projetos de vida.

Outro ponto levantado discute a relação entre escola e sexualidade. Em específico, os estudos estão preocupados em problematizar a escola enquanto um espaço que privilegia as experiências pautadas na lógica heteronormativa que, em contrapartida, coloca à margem as outras formas de vivenciar as sexualidades que coexistem. A escola é apontada pelos trabalhos como um local que, ao invisibilizar e silenciar as experiências homoafetivas, permite que ataques homo/lesbofóbicos aconteçam – e se naturalizem – dentro e fora das salas de aula.

Neste sentido, vivenciar a homossexualidade neste ambiente é uma questão que também é política, uma vez que assumir-se enquanto lésbica ou gay é questionar a normalização das sexualidades e os conceitos de gênero – “feminilidade” e “masculinidade” – que são a todo tempo reforçados na/pela escola. Então, de acordo com esses trabalhos, “assumir-se” é, nesse contexto, se opor a heteronormatização, é resistir aos abusos dos mecanismos que controlam os corpos e as experiências, é expor outros modos e estilos de vida que negam o padrão que está posto, é,

enfim, combater o discurso heterossexista ao assumir uma “identidade não hegemônica” (Nascimento, 2007).

Pode-se compreender a partir da análise dos materiais referentes a este tópico que embora ainda existam estudos que consideram a juventude como uma categoria social de vulnerabilidade, e, portanto, que necessita de controle e normas no que tange suas vivências; também se faz presente uma compreensão dos jovens como sujeitos de direitos. Além disso, as pesquisas chamam a atenção para o fato de que é crescente o reconhecimento da escola como espaço de formação de sujeitos mais críticos. O interesse por essa discussão vem fomentando estudos, que interessados em relacionar as questões de gênero com a temática da educação, buscam transformar o espaço escolar em um agente participativo do processo de formação que não mais produza comportamentos estereotipados do "ser menino" ou "ser menina", mas sim, eduque-os para o enfrentamento dos problemas sociais como o machismo, a homo/lesbo/transfobia, o preconceito racial e religioso.

Juventude, Gênero e Questões Culturais: trajetórias de vida e estratégias de enfrentamento ao machismo

Historicamente a sociedade vem dividindo homens e mulheres a partir de papéis sociais que lhes são construídos e direcionados com base em supostas diferenças naturalizadas pela cultura. Nesse contexto, o lugar que cada uma/um ocupa nas relações –com o outro e com o mundo– é reflexo dessa divisão social feita a partir do gênero.

Essa organização social de gênero é responsável também pela compreensão de público e privado que se estabelece no núcleo familiar demarcando assim, os lugares dos homens e das mulheres. O lugar que é pré-estabelecido para as mulheres na sociedade é baseada na submissão patriarcal o que justifica a permanência da mulher no âmbito familiar devido sua suposta “inferioridade” e a “fragilidade feminina” (OKIN, 2008).

É nesse cenário que privilegia as experiências masculinas que “Questões Culturais” surgem sendo problematizadas pelos trabalhos analisados nessa categoria. Eles discutem desde pautas voltadas à compreensão das condições e trajetórias de vida até o enfrentamento do machismo a partir da vivência de jovens mulheres em Movimentos Culturais como o Hip Hop. A cultura surge, portanto, como um importante elemento político para se pensar as relações de gênero seja na esfera privada, seja na esfera pública.

Na esfera privada, os trabalhos analisados dialogam no sentido de considerarem a relação entre *gênero, condições socioeconômicas e o contexto familiar* como central para se compreender o modelo social em que os homens e as mulheres estão colocados em situações de valorização diferentes. É possível observar ainda que essa relação de subordinação influencia diretamente na

autonomia, na vivência da sexualidade e na vulnerabilidade de jovens mulheres, pois elas se sentem expostas à violência verbal, física e sexual tanto no ambiente familiar quanto no público.

Em relação à esfera pública, representada aqui pela experiência das jovens mulheres nos espaços urbanos, em específico, na vivência delas em grupos de Hip Hop, os estudos trabalhados nessa categoria discutem as relações de gênero a partir das questões relacionadas ao enfrentamento do machismo nesse movimento cultural.

Para compreender essa relação, faz-se necessário contextualizar brevemente esse movimento. Costa, Menezes, Montenegro e Samico (2012) destacam que o Hip-Hop é uma manifestação que privilegia a sua ação político-cultural nas ruas das cidades que, como dito anteriormente, é um espaço predominantemente ocupado pelos homens, configurando uma “gramática político-social casa-rua”, responsável por instaurar sociabilidades diferenciadas para homens e mulheres com base nos códigos de masculino e feminino:

O código binário pautado na diferença sexual sustenta o repertório de desigualdades presentes em nossa cultura que significa, particularmente, para as mulheres um conjunto de limitações às suas probabilidades de ser e existir, reiterando de forma mais explícita ou sutil a sua condição de subalternização [grifo nosso] seja com relação aos homens, seja com relação a outras mulheres que se encontrem em posição hierárquica superior. (Costa et al, 2012, p. 238).

Os trabalhos que se propõem discutir a participação das mulheres nesses movimentos revelam o quanto é desafiador ser mulher e jovem num espaço em que a cultura é predominantemente masculina. Eles reforçam a discussão sobre o conflito entre presença *versus* visibilidade, ou seja, embora “não-ausentes, as jovens são invisibilizadas, ora pela negação masculina de sua presença, ora pela regulação de sua circulação no movimento, na cidade ou em outros espaços públicos” (Costa et al, 2012, p.240)

Em resposta a esse cenário desfavorável em relação às suas expressões artísticas, políticas e culturais, os estudos mostram também que vem sendo cada vez maior o número de mulheres que estão buscando se organizar em coletivos para se afirmarem dentro da cultura Hip-Hop. Na luta por reconhecimento e visibilidade, as jovens (grafiteiras, rappers, dançarinas de break) se articulam com outros movimentos sociais que defendem os direitos das mulheres. A participação das mulheres nesses movimentos não acontece por acaso, ela se configura por uma demanda específica de uma participação mais efetiva no sentido de mostrar e enfrentar o machismo sutil existente.

É importante destacar que os estudos que foram contemplados nesse tópico, estão preocupados em, através de um olhar crítico sobre as experiências de vida das jovens, refletir quanto o machismo presente nos mais diversos âmbitos sociais fere a autonomia dessas

mulheres. Ainda, denunciam a necessidade de discutir sobre o machismo para além da esfera do privado, buscando refletir sobre seus efeitos – que são consequentes – nos espaços públicos.

Juventude, Gênero e Contextos de Violência: da invisibilidade à denúncia

De acordo com Saffioti (2001), a violência é normalmente associada ao mundo da criminalidade, o que acaba deixando à margem de discussão outras dimensões, principalmente, as que não são aparentemente visíveis. A violência de gênero tem seu significado normalizado, e pode ser explicada com base na tolerância e no incentivo da sociedade para que os homens exerçam sua “força-potência-dominância” contra as mulheres (Saffioti, 1999). Ainda hoje, homens e mulheres são retratadas/os através da desigualdade da relação entre superior (o homem) e inferior (a mulher). E esses comportamentos violentos continuam existindo como uma forma de manter o poder com fins de dominação, exploração e opressão.

Silveira, Nardi e Barbedo (2010) caracterizam essa discussão como uma desprivatização da família, ou seja, significa compreender a violência de gênero não como uma questão de ordem privada, já que esses atos violentos são passíveis de sanções. Esses autores enfatizam que a violência de gênero, e especificamente, a violência contra a mulher é um problema mundial de saúde pública por interferir na qualidade de vida, nos dados estatísticos sobre vida e morte e por influenciar na aplicação de recursos no sistema de saúde. A invisibilidade, segundo eles, é uma das principais características de violência intrafamiliar.

É neste cenário que a relação entre Juventude, Gênero e Violência se configura como o terceiro e último eixo discutido em nosso estudo. Embora seja uma temática trabalhada especificamente pelo OBIJUV, ela surgiu também no banco de dados dos outros dois OJs. De maneira geral, os trabalhos que compõem essa categoria, buscam discutir a questão da violência a partir da problematização do próprio conceito de gênero, uma vez que os discursos que naturalizam a violência, principalmente aquelas praticadas contra as mulheres, são sustentados pelas relações desiguais de gênero que dão subsídio a essa situação de subordinação. Também relacionar o tema às especificidades dos diferentes contextos juvenis.

Uma temática específica que surgiu em destaque nos trabalhos diz respeito à violência sexual. Aqui, os estudos apontam para a necessidade de se pensar esta violência a partir da relação doméstica e social tão reforçada por uma lógica patriarcal que legitima, por exemplo, essa prática como algo comum e natural.

O abuso sexual contra a criança e o adolescente é um dos eixos que atravessam a discussão da violência nestes estudos. Ele se insere no espaço do segredo, dos silêncios, dos não ditos (Prado, 2006). E, assim sendo, passa despercebido, camuflado em relações aparentes, em famílias que vivem sozinhas a sua dor. Outra dimensão desse tipo de violência discutido pelas

pesquisas denuncia o quanto a vergonha e o medo podem atravessar gerações inteiras de mães e filhas, afetando os vínculos e os modelos aprendidos na *intergeracionalidade*.

Podemos compreender através dessa análise que os trabalhos contemplados reforçam a necessidade de um novo posicionamento da sociedade frente a esta problemática, porém como se sabe, isso não é uma questão fácil devido a toda uma cultura que culpabiliza a vítima. Portanto, estudos como esses divulgados pelos OJs, em destaque, para o OBIJUV, são uma tentativa de dar visibilidade a esse tema, tão pertinente à sociedade atual.

Considerações Finais

Através do estudo realizado, pode-se perceber que os Observatórios da Juventude são espaços de grande importância para que as reflexões acerca da temática juvenil ganhem contornos sociais e políticos, uma vez que não se limitam ao âmbito acadêmico, embora seja destaque nesse contexto.

As referências e trabalhos disponibilizados nos observatórios dizem muito sobre as perspectivas que estes têm acerca da temática juvenil, que nos mostram as distintas significações que as juventudes ocupam, auxiliando assim na compreensão das possibilidades, limites e questionamentos que perpassam os estudos com os jovens e sobre os jovens, no sentido de saber quais direcionamentos nossas práticas de pesquisa podem tomar. Os estudos realizados e ou divulgados por esses OJs passeiam em torno de diferentes problemáticas e demandas juvenis afirmando o papel que estes espaços têm na produção de um conhecimento que se quer crítico.

Em relação à produção teórica analisada, concluímos que os trabalhos são atravessados por um olhar atento e preocupado com as questões que envolvem as juventudes, principalmente, no que diz respeito às questões normalizadoras quanto à vivência das experiências juvenis, que vão desde as questões voltadas ao controle do corpo, através do que elas e eles expressam quanto à sexualidade e identidade; questões referentes à autonomia, que estão diretamente relacionadas às questões étnico-raciais presentes nas trajetórias escolares, familiares e culturais; e também, por fim, questões que atravessam a temática de violência de gênero, que se destacam principalmente pelo seu poder de subsidiar a discussão acerca da proteção, da prevenção, da exploração e da discriminação de jovens, mulheres e crianças, junto ao poder público, contribuindo para o desenvolvimento de políticas que visem garantir os direitos humanos dessas mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares.

Também destacamos que esses estudos refletem o quanto é fundamental que ao lidarmos com a temática da juventude tenhamos em mente que existem múltiplas formas de ser jovem e que estejamos atentos às suas diferentes dimensões e realidades particulares, dispostos a enxergá-las enquanto plurais, direcionando nossas práticas de forma a contemplá-las em toda sua

diversidade.

Por fim, afirmamos que se o debate em torno da produção teórica que relaciona juventudes e gênero nos OJs é primordial para pensar criticamente políticas e programas próprios deste campo, faz-se necessário também pensar que outros marcadores sociais podem ser objetos de análise. Em oportunidades futuras, nossos estudos compreenderão o aprofundamento da produção teórica dos OJs a partir das relações entre juventudes, política e cultura.

Referências

- Abramovay, Miriam; Castro, Mary Garcia; Silva, Lorena Bernadete. *Juventude e Sexualidade*. 2008. Brasília: UNESCO Brasil, 2004. Disponível em: http://www.cepac.org.br/agentesdacidadania/wpcontent/uploads/2014/04/Unesco_juventudes_sexualidade.pdf. Acesso em 22 de Mai. 2016.
- Bento, Berenice. *Sexualidade e experiências trans: do hospital à alcova*. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(10):2655-2664, 2012.
- Butler, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- Cardoso, Maria Lúcia de Macedo *et al.* Observatório Juventude, Ciência e Tecnologia: ampliando perspectivas para jovens. In: V SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE A JUVENTUDE BRASILEIRA. Recife: UFPE, 2012. Disponível em: <www.unicap.br/jubra/wp-content/uploads/2012/10/TRABALHO-15.pdf>. Acesso em: 27 Jul. 2015.
- Carrara, Sérgio. Educação, diferença, diversidade e desigualdade. In: _____. *Gênero e Diversidade na Escola Formação de ProLLIODR9fessoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais*. Livro de conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009. Rio de Janeiro: CEPESC, 2009.
- Costa, Mônica Rodrigues; Menezes, Jaileila de Araújo; Montenegro, Cybelle; Samico, Shirley de Lima. "Acho que a gente veio meio que pra quebrar isso": As tensões de gênero e a participação no movimento hip hop. In: Claudia Mayorga, Lucia Rabello de Castro e Marco Aurélio Máximo Prado (Org.) *Juventude e a Experiência da Política no Contemporâneo*. Rio de Janeiro: *Contra Capa*, 2012, p 237-259.
- Dayrell, Juarez. A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007.
- Dayrell, Juarez Tarcísio; Gomes, Nilma Lino. *A juventude no Brasil*. 2005. Disponível em: http://www.cmjbh.com.br/arq_Artigos/SESI%20JUVENTUDE%20NO%20BRASIL.pdf> Acesso em: 23 mai. 2016.
- Esteves, Luiz Carlos Gil; Abramovay, Miriam. *Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas*. VI Congresso Português de Sociologia. Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Disponível em: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/254.pdf>. Acesso em 21 de mai. 2016.
- Groppo, Luís Antonio. *Juventude: Ensaio sobre Sociologia e Histórias das Juventudes Modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.
- Lima, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Florianópolis: Revista Katál*, v. 10, n. esp. p. 37-45, 2007.
- Louro, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- Louro, Guacira Lopes. *Pedagogias da sexualidade*. In: _____. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: *Autêntica*, 1999.

- Nascimento, Marcio Alessandro Neman de. Homossexualidades e homosociabilidades: e relações de poder entre homossexuais masculinos que frequentam dispositivos de socialização de sexualidades glbt. 2007. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Assis, 2007. Disponível em: <http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/97680/nascimento_man_me_assis.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 Jun.2015.
- Okin, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. Estudos feministas. Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000200002>. Acesso em 03 de jun. 2016.
- Oliveira, Maria Marly de. Como fazer pesquisa qualitativa. Petrópolis, Vozes, 2007.
- Pais, José Machado. A transição dos jovens para a vida adulta. In.: PAIS, José Machado (Org.). Culturas Juvenis. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003, p.: 27-46.
- Prado, Sonia Fortes do. Dimensões da violência sexual contra meninos sob a ótica de gênero: um estudo exploratório. 2006. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10482/2302>. Acesso em: 21 jun.2015.
- Saffioti Heleieth I.B. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. São Paulo: São Paulo em Perspectiva. v. 13, n. 4, p. 82-91, 1999.
- Saffioti Heleieth I.B. Contribuições feministas para o estudo de violência de gênero. Cadernos Pagu. v.16, p.115-136, 2001.
- Silveira, Raquel da Silva; Nardi, Henrique Caetano e Barbedo, Claudia Gay. Violências Contra as Mulheres e a Lei Maria da Penha: problematizações sobre as articulações entre gênero e raça. Universidade Federal de Santa Catarina: Fazendo Gênero. Florianópolis, 2010.
- Sposito, Marília Pontes. O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006). Belo Horizonte: Argvmentvm, v.1, 2009.
- Trancoso, Alcimar Enéas Rocha. Juventudes: o conceito na produção científica brasileira. 2012. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2012.